

DOCÊNCIA E ÉTICA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

ENSEÑANZA Y LA ÉTICA EN CIENCIA DE LA INFORMACIÓN EN BRASIL

Francisco das Chagas de Souza - chagas.cin83@yahoo.com
Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Professor do
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade
Federal de Santa Catarina (UFSC).

RESUMO

Introdução: Por todo o século XX e século XXI várias iniciativas internacionais têm sido tomadas no sentido de que as profissões e seus segmentos acadêmicos se alertem para a necessidade de dar transparência às suas ações para si mesmas e em proveito da sociedade. No caso das profissões relacionadas às práticas informacionais as últimas décadas apontam que no âmbito internacional há uma disposição para a aceitação da implantação e aperfeiçoamento dos códigos de ética, inclusive no segmento da docência.

Objetivo: Verificar evidências que podem fundamentar a instituição de um código de ética para a docência no campo da Ciência da Informação no Brasil.

Metodologia: Ensaio

Resultados: A tentativa de compreender as determinações de um contexto social e seu reflexo no desenvolvimento das profissões aponta que nas últimas décadas, e especialmente no século XXI, se evidencia uma demanda da sociedade por receber mais e melhor informação sobre as comunidades profissionais nela constituídas.

Conclusão: O momento atual sugere aos profissionais atuantes no ensino da Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia que promovam um exame do contexto brasileiro quanto à pertinência da construção de um código de ética dos docentes representados pela Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (ABECIN).

Palavras-chave: Ensino; ética; ciência da informação.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX e no século atual fortaleceu-se o entendimento de que as pessoas em sociedade exigem a assunção de posturas apropriadas ao viver bem, pelo autoconhecimento de estar no mundo em mútua relação.

Para isso, as duas grandes guerras da primeira metade do século XX muito contribuíram. Elas representaram a manifestação tácita da necessária de formulação de outra ordem no relacionamento das nações.

Como se sabe, as nações não são apenas seus estados e seus territórios política e administrativamente definidos e geograficamente demarcados. Os estados consolidam em distintos instrumentos jurídicos uma forma de organização que faz repercutirem todos os mais básicos desejos das pessoas que se identificam nele culturalmente através de símbolos como: bandeiras, hinos, selos e moedas.

Entretanto, esses instrumentos jurídicos sintetizam vontades, valores, materialidade e a expressão artística, filosófica e política das pessoas. Poder-se-á dizer que as ações realizadas pelos estados, como a de deliberar por dar início a uma guerra e executá-la pela invasão de territórios estrangeiros repercute a vontade dos habitantes desse estado agressor.

Esse estado invasor, seus tomadores de decisão política, seus militares, representam a vontade das pessoas de dominar, garantir a posse de novos bens, propriedades, etc. tomando-as das nações que estão nos territórios invadidos. Mas isso diz tudo? Em geral, acima da vontade das pessoas que operam as estratégias de manutenção e expansão do estado guerreiro e violento, há a vontade da paz, da solidariedade humana, da tolerância.

É por conta dessa última ideia, que durante o desenrolar de todas as guerras há pessoas e grupos pacifistas que se constituem a fim de alertar os governos de seus estados nacionais a tomarem as iniciativas de abreviação da contenda, quando iniciada.

Diversos motivos estão em jogo: desperdício de vidas de seus compatriotas, comprometimento das finanças públicas e dos serviços essenciais, fortalecimento das indústrias bélicas, etc., tudo isso resultando em desequilíbrio entre as forças políticas constituídas.

Foi um quadro com essas características que não apenas alertou as nações das perdas de humanidade nos confrontos europeus de 1914-1919 (1ª. Guerra Mundial) e 1939-1945 (2ª. Guerra Mundial), mas também os horrores das violências praticadas contra populações civis na Europa na 2ª. Guerra Mundial que deu origem aos esforços de criação da ONU, em 1945, como sucessora da *Liga das Nações*, e a todas as iniciativas visando criar ou ampliar o alcance de vários instrumentos direcionados ao combate dos males praticados.

Como meio para combater a iniciativa à guerra por um estado contra outro, se estabeleceu na ONU (Organização das Nações Unidas) um Conselho de Segurança composto por países com o maior potencial bélico; como forma de inibir o uso de corpos de inocentes para injustificados experimentos biomédicos foram criados os fóruns mundiais de bioética, especialmente a partir da declaração de Helsinque¹; como forma de minimizar os efeitos do desequilíbrio econômico mundial foram instituídos o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial; como forma de estimular a Educação, cultura e ciência foi instituída a UNESCO. Além dessas, há 17 outras agências integrando o sistema das Nações Unidas o qual conta com 181 estados membros² em 2012.

A função da ONU é atuar como contraponto às iniciativas unilaterais dos estados, membros ou não, em torno da violação de direitos das pessoas de outros estados ou da não proteção dos membros de suas próprias nações. O sentido de sua atuação é de caráter parlamentar, visando promover o diálogo contínuo a fim de que os povos possam viver com o menor nível de ansiedade e temor.

Como representação dessa atuação parlamentar, a ONU e seus organismos associados produzem resoluções, declarações e manifestos, a fim de atender aos diferentes campos de interesse, por iniciativa institucional ou em apoio e cooperação com organismos civis vinculados a interesses humanitários e profissionais.

O mais notável dos documentos produzidos pela ONU, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948), aperfeiçoa e consolida declarações ou atos de governo ou de outra

¹ Trata-se de documento da Associação Médica Mundial, adotado em 1964, e atualizado sucessivamente, sendo a última versão do ano 2000. Nele estão contidos os princípios éticos que servem de orientação aos médicos e a outros participantes em pesquisas clínicas envolvendo seres humanos, sobre como conduzir-se (ASSOCIAÇÃO MÉDICA MUNDIAL, 1964).

² Para uma completa descrição da ONU, pode-se ver, dentre outras fontes:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas.
Acesso: 20 set. 2012

origem que foram se constituindo no Ocidente visando estabelecer orientações acerca do modo de interação entre povos e nações. A DUDH tem sido tomada como referência pelas nações que, através dos representantes políticos da sociedade, quando da construção de sua Lei fundamental, a Constituição política, tem inserido em seus textos os pontos relevantes à orientação da convivência interpessoal, e pessoa e estado. Esse último aspecto, no Brasil, está objetivado no artigo 5º da atual Constituição Federal promulgada em 1988 (BRASIL, 1988).

Evidencia-se que a discussão sobre a Ética nas profissões teria que reconhecer e incorporar em seu conteúdo uma história que remonta às primeiras organizações de trabalhadores especializados; reportar-se ao Código de Hamurabi (NEVES, 2008) que fazia referência à atuação médica; aos estatutos das guildas (SENETT, 2008), na idade média ocidental, que tratavam de profissões proto-industriais; aos códigos de conduta das profissões que começaram a se estabelecer como campos especializados universitários a partir do século XIX, os quais respondiam à maior parte das profissões que estão presentes no mundo atual. Além disso, caberia reconhecer que nessas profissões há várias facetas a representar especificidades de ação. Muitas dessas profissões tiveram início e desenvolvimento num estágio pré-universitário e, por esforço de associações voluntárias de caráter protoprofissional, foram capazes de constituir uma instância de ensino e obter para essa o abrigo em instituição universitária, dando origem, desenvolvimento e estabilidade à faceta acadêmica.

Igualmente a algumas outras profissões, pode-se estar falando da profissão de bibliotecário. Ela responderia claramente a esse perfil, sobretudo sendo vista a partir do ambiente cultural dos Estados Unidos da América, pelo trabalho liderado por Melvil Dewey a partir da criação da Library Association, do Library Journal, do Curso de Biblioteconomia na Universidade de Columbia (BATTLES, 2003).

Uma vez estabelecido, o segmento acadêmico vai tomando identidade própria no que diz respeito à particularização das ações que requerem um saber pedagógico, uma prática didática, um domínio de pesquisa e produção de conhecimento científico para retroalimentar e fazer avançar a compreensão das questões exigidas pelo mundo da profissão em relação aos seus aspectos aplicados. Pode-se dizer então que há mais de uma forma de atuação profissional, já não mediada simplesmente por um universo de conteúdo uniprofissional, mas por universos que se complementam. Distinguem-se duas vias: 1 - uma de caráter

prático que se dá na relação profissional e usuário que requera mediação para acessar uma informação capaz de atender a uma necessidade imediata de caráter decisional ou de ilustração pessoal; e 2 - uma prática que se dá na relação com aprendizes de um ramo de conhecimento quando buscam adquirir preparo teórico e prático para cumprir as missões apropriadas à primeira via de ação. Ora, isso aponta para a existência de duas linhas de conduta, ou dois distintos modos de atuação social a partir de um dado conjunto profissional.

Por todo o século XX, foi se constituindo no âmbito da profissão de bibliotecário o conjunto de princípios orientadores de suas práticas profissionais próprias, através da criação de códigos de ética³. Isso tomou um acento maior a partir dos anos da década de 1980⁴.

O objetivo que orienta este artigo é analisar esse desenvolvimento e compreender o desdobramento e alcance deste esforço para, por fim, discutir o sentido da necessidade evidenciada no século atual, de se instituir códigos de ética para docentes no campo mais amplo da Ciência da Informação, incorporando a tradição da prática docente de Biblioteconomia.

2 EVOLUÇÃO DA ÉTICA PROFISSIONAL NA PROFISSÃO DE BIBLIOTECÁRIO

É notória a ocorrência de um avanço permanente das disposições sobre a conduta profissional do bibliotecário, especialmente em contextos sociais em que a preocupação com: a liberdade de acesso à informação, a justiça social e a distribuição do conhecimento representam a clara afirmação desses valores. Essa afirmação pode ter relação direta com os investimentos em educação e, notadamente, com a democracia política. Nisto se está a falar mais firmemente do que se dá em algumas nações europeias, Estados Unidos da América e alguns países asiáticos.

Mesmo nas situações em que parece haver avanços sociais, ainda assim há restrições de caráter econômico, que impõem decisões políticas em desfavor de certas formas de acesso e certos conteúdos ou materiais. Isso vem sob a forma de

³ Sobre isso é relevante o texto de Shields que situa em 1901 o ano da criação do Código de Ética da American Library Association.

⁴ Uma navegação no site da IFLA/FAIFE confirma essa demarcação de tempo - <http://www.ifla.org/faife>.

endurecimento econômico quanto ao uso de materiais sujeitos a *copyright* ou de restrição no investimento público ao desenvolvimento de acervos para acesso gratuito, por força da destinação de verbas para o pagamento de direitos autorais de obras cujo acesso é feito em bibliotecas públicas⁵. De outro lado, há sérios obstáculos quanto ao acesso a certos conteúdos, no Canadá⁶, por exemplo, pela suspeita dos pais de estudantes quanto ao potencial de deformação do caráter das crianças provocado por determinados textos ou ainda pelo acesso a conteúdos em bibliotecas universitárias dos Estados Unidos da América por parte de estrangeiros, sob a suspeita de que os utilizaria em prejuízo daquele país (CHRISTIANS, 1991). De igual maneira, a censura tem perturbado o trabalho profissional dos bibliotecários de muitos países no último século, em especial onde ditaduras políticas foram implantadas afrontando as Leis de alguns estados no sul da Europa (Espanha e Portugal) e na América do Sul (Brasil, Chile, Argentina, Uruguai e outros) (LEITÃO, 2011).

Circunstâncias assim contribuíram sempre para que os Códigos de Ética da profissão de bibliotecário fossem revistos e ajustados ao futuro, embora esse comportamento não tenha ocorrido de igual maneira em todos os países. Quanto a isso, pode-se considerar o Brasil, onde o texto do Código do CFB, atualizado em 2002 (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2002), mantém-se quase inalterado em relação à sua versão de 1966⁷, a despeito da reconfiguração política pela qual o país passou desde a reconquista social, pela nação, do poder de escolher livremente o presidente da república, a partir da eleição de 1989.

2.1 O Ordenamento do Fazer Profissional

O fazer profissional de um grupo social especializado não se caracteriza como ação voluntarista, ao bel prazer dos indivíduos que compõem tal grupo. Nesse sentido, é emblemático que o filósofo José Ortega y Gasset que compreende e

⁵ Em anos recentes manifestações públicas contra esse tipo de política foram feitas na Espanha e Itália, gerando vídeos exibidos na internet. Exemplo: “Manifiesto de Jose Luis Sampedro contra el prestamo de pago en bibliotecas leído frente a la Biblioteca Nacional, Madrid, abril 2007”. Ver em: http://www.youtube.com/watch?v=b_7KcVk_4Ko.

⁶ A Canadian Library Association (2013) mantém uma atividade constante, através de sua Comissão sobre a Liberdade Intelectual, a fim de buscar soluções que possam auxiliar as bibliotecas na manutenção de um relacionamento adequado com sua clientela.

⁷ Ver a análise de: Cuartas, Pessoa e Costa (2013).

explica o ser humano como ente guiado conforme suas circunstâncias⁸, quando convidado na década de 1930 a refletir e discorrer na 2ª. Reunião internacional da IFLA sobre a missão do bibliotecário tenha rememorado a trajetória da atividade que milenarmente vai constituir essa profissão. Seu texto *Missão do Bibliotecário* é a afirmação mais consistente de como o bibliotecário depende de uma conduta claramente firme e determinada a fim de que sua autoconsciência estabeleça uma moral cuja finalidade é contribuir com o progresso da sociedade, pela mediação do acesso ao bom saber. A tradução eventual dessa ideia à postura de valoração de conteúdos que o bibliotecário poderia realizar, não condiz com a realidade majoritariamente dada. A circunstância mais evidente é que o bibliotecário estará sempre em ambientes plurais no que toca às singularidades e idiosincrasias dos usuários e, além disso, estará a serviço desses, posto que a biblioteca não é um negócio próprio do bibliotecário. Constituindo ela um patrimônio material de um grupo, pessoa física ou jurídica, o bibliotecário é um assessor e prestador de serviços para esse grupo.

Isso coloca então sobre o profissional bibliotecário a inescapável responsabilidade de ver-se e colocar-se a agir em conformidade com o papel de estimulador da participação das pessoas que integram a sociedade em que atua na realização das diferentes ações que respaldem a sua própria atuação. Então, por exemplo, para não agir como censor, cabe ao bibliotecário envolver seus usuários-padrões na definição dos critérios com os quais constituirá ou reestruturará acervos, dará acesso aos meios de uso da informação, estipulará as regras de operação dos serviços, fomentará o desenvolvimento do conhecimento, etc. Igualmente, ao agir dessa forma, o bibliotecário valorizará o sentido de liberdade, igualdade e razoabilidade do bem viver e ser justo ao que atende ao grupo. Não lhe competiria em primeiro plano ser um reformador social. Esse papel político dar-se-á em outro âmbito, que pode ser experimentado por uma mudança de papel social de uma pessoa que tem a profissão de bibliotecário, mas que tem igualmente uma vocação para a atuação política que lhe coloca em outro papel, cuja circunstância determina transportar-se, temporária ou permanentemente, ao seu exercício.

São elementos dessa dimensão que na profissão do bibliotecário vão exigir a reflexão dos pares, para compreender a natureza e o alcance social, político e moral

⁸ Ver em: Ortega y Gasset, 2010.

de seu papel. Em tais circunstâncias se evidencia a necessidade da reflexão que levará à afirmação do que lhe compete e essa afirmação, certamente, lhe dá o poder de dialogar com os demais membros da sociedade, sem desconfianças mútuas.

Este discurso que pode parecer muito idealizado e mesmo conservador representa pelo menos duas respostas para um visível mal estar que atualmente se apresenta aos profissionais bibliotecários. A primeira tem relação com a identidade de seu papel na sociedade e isso tem origem num certo desfazimento do entendimento quanto à ontologia bibliotecária, que diz respeito a quem ele é, e à teleologia, que lhe diria para qual finalidade esse papel profissional foi constituído socialmente. A segunda, decorrente da primeira, tem a ver com os domínios de conhecimentos que esse profissional deve ter como básicos ou fundamentais, a fim de poder explicar a si mesmo e aos outros sobre o seu lugar, seu caminho e seu objetivo na construção do bem viver coletivo. Em relação ao primeiro aspecto, de cunho filosófico e psicológico, há a exigência em sua preparação profissional da assimilação de um conhecimento que requer da escola a visão multidisciplinar integradora de conhecimentos humanísticos indo além de uma mera propedêutica que se contente em ser informativa e sem qualquer adensamento. Com referência ao segundo aspecto, se trata da ausência em parte nos estudantes de um conhecimento intelectualmente consolidado do que seja o humano, que fica minimizado diante do avolumado incremento de um saber instrumental de diferentes matrizes tecnológicas, de máquinas e processos. Esses saberes instrumentais tidos como essenciais ao desafio do progresso econômico e financeiro das empresas e de seus investidores fazem dos profissionais não muito mais que *plugues* humanos das máquinas ferramentais, que foram constituídas como diferentes terminais de auto-atendimento e de autoprodução⁹.

Essa situação de quase imperícia humana vem a ser confrontada, ou melhor, vem a ser objeto de uma preocupação em torno do como melhor conviver com ela. É esse o grande desafio das últimas décadas que exigirá dos profissionais não um pensamento original, mas a capacidade de buscar perante todos os outros recursos sociais a garantia de acesso, uso e colaboração daquilo e com aquilo que vem sendo produzido pelas alternativas que, a partir da presença da ONU, vem sendo construídas como o grande discurso dos direitos humanos.

⁹ Flusser trata dessa perspectiva em várias de suas obras, das quais duas constam nas referências deste texto.

Por insuficiente que isso possa parecer, são os manifestos e declarações sobre o acesso ao saber e ao conhecimento em diferentes recursos e instituições, que têm se colocado como fonte dos argumentos para que o profissional bibliotecário ocidental afirme seu papel social. Essa relação não é uma condenação a uma ordem extra profissional, mas o reconhecimento de que é por ela que se constitui contexto, noção e realidade que assume o tom de um valor destacado na ética do discurso de Habermas (1991) e fluxo, que é outro valor, este mais caro à ordem econômica.

2.2 Campos de Trabalho do Bibliotecário

O bibliotecário está vivendo a inserção em seu papel social de todas as interferências trazidas pela assunção de novos e distintos meios que também chegam como dispositivos para que ele possa alcançar os objetivos finais reconhecidos como definidores da profissão (ARANALDE, 2005). A ontologia e teleologia dessa profissão aparentemente não foram afetadas naquilo que historicamente descreve a sua natureza, isto é, execução de ações de mediação entre os saberes produzidos e os usuários desses. Nem mesmo o seu universo axiológico, centrado na afirmação das escolhas essenciais, teria sofrido modificação. Há alguma disposição nova que se manifesta na epistemologia que promove a constituição de seu conhecimento próprio decorrente de saberes reconfiguradores de distintas formas exteriores ao seu fazer e, portanto, ao seu saber fazer.

Esse fenômeno então se patenteará pela exibição de tantos, e aparentemente novos, campos de trabalho que pode abrir e consolidar. Se tradicionalmente, o bibliotecário trabalhava em ambientes definidos por tipos de bibliotecas, conforme os perfis dos mantenedores ou adestinação dos serviços (públicas, escolares, universitárias, especializadas) e num outro momento por tipos de domínios técnicos (catalogador, classificador, referencista), atualmente sua atuação também se define pelo tipo de relação interacional com o usuário (presencial, a distância), ou pelo modo de constituição do suporte de informação (digital, eletrônico, virtual). Pelo que se observa cada vez mais se coloca a novidade de um distanciamento do bibliotecário-pessoa-física-humana de seu usuário pessoa-física-humana. E isso é fruto de um contexto modificado, tornado mais complexo e onipresente.

Decorrente das circunstâncias modernizadoras, também os campos de

trabalho vão modificar a percepção do profissional em relação ao alcance da finalidade de seu trabalho e quanto ao modo de desempenho de seu papel. E essa percepção será distinta e na mesma proporção do conhecimento que ele assimilou em sua formação inicial de bibliotecário e que atualiza como formação contínua. Uma formação inicial mais densa no domínio de saberes humanistas e sociais determinará escolhas quanto aos ambientes e tipos de mercado profissional que buscare; em contraste com isso, a formação inicial mais intensiva em saberes técnicos e tecnológicos também terá seu acolhimento apropriado. Os mercados e as demandas são de tal complexidade que a formação oferecida ao futuro profissional também não pode ser realizada de modo voluntarista. Na sequência disso, a formação contínua, poderá ser determinante de revisões individuais por conta da inserção do profissional conforme as oportunidades surgidas; então tal formação levará para maior consistência quanto ao lugar possível para cada bibliotecário por si.

Tudo isso, significa também um potencial maior ou menor de equilíbrio entre subjetividades individuais e exterioridades sociais, determinando os sentimentos nos profissionais do estar bem, e melhor ou pior, conciliado com sociedade, empregadores e pares da profissão. É justamente quando está em campo, no exercício da profissão, que o bibliotecário terá as bases vivenciais do que perceberá como identidade forte, reconhecimento, aceitação ou identidade fraca, sentimento de desvalor e desimportância social. Nisso, entram outros aspectos, como, por exemplo, o círculo de trabalho onde ele está inserido, as pessoas que também estão lá, provindas de outras profissões e o próprio sentimento que elas têm em relação às suas profissões. Igualmente, está lá o usuário, sua razoabilidade nas demandas, sua autovalorização humana, sua forma de participação.

Certamente, serão tão distintas essas relações quanto distintos forem os ambientes de trabalho ocupados. Como se sentem e se manifestam os bibliotecários atuantes em bibliotecas públicas, ou escolares, ou universitárias, ou especializadas em empresas ou órgãos de governo. Ou como se sentem e se manifestam os bibliotecários que assumiram como a sua especialidade o ser catalogador, ou classificador, ou referencista. Que visão tem do mundo o bibliotecário que atua presencialmente na lida com seus usuários finais e aquele que atua a distância, hoje através de terminais inteligentes? Como se diz e diz do mundo o bibliotecário que atua com acervos em que predominam suportes digitais, eletrônicos ou virtuais de

informação? Em cada um desses ambientes há formas de moldagem não apenas do subjetivo, mas também dos gestos e dos valores estéticos. Igualmente, deve se fazer distinta a escolha ética. Uma ética do bem viver será distinta de uma ética do dever. Uma forma deontológica de se conduzir profissionalmente será requerida como a expressão ética mais apropriada em determinado contexto e, ao contrário, uma moral utilitarista será a que mais se coaduna com outro.

Aí já se está a falar do espaço de trabalho como da concreção da ação, da ação como realização de vida e lugar de apreciação da motivação e das consequências do viver; se está a falar, por isso, de manifestação de representação e sentido. Há aí toda uma constante simbólica imbricada nas múltiplas escolhas que se precisa fazer antes e durante a ação. Com essa análise, se está a resgatar pontos afirmação do pensamento de Cassirer (2005) em dois aspectos: 1 - que a humanidade se determina pelo vínculo ao trabalho e a partir dessa relação caminha para a formação de linguagens que lhe dão os meios para forjar o sentido de estar no mundo, e 2 - o viver se manifesta na criação e transformação de símbolos. Campos de trabalho são campos de sentido; campos de sentido podem também ser campos de afirmação de sentimentos.

2.3 Problemas e Conflitos

A noção que se representa pelo termo *bibliotecário* não recobre um papel social unidimensional. Se na sua dimensão ontológica ou mesmo na sua dimensão teleológica a noção representada pelo termo *bibliotecário* ainda responde com certa clareza a um ser social historicamente relacionado com escrita e leitor, na dimensão epistemológica o termo bibliotecário diz respeito a uma miríade de ideias e significações que se deslocam em muitas direções distintas do que crêem ser os muitos autodesignados bibliotecários, os socialmente aceitos como bibliotecários e os formal e legalmente reconhecidos como tais. Mais ainda se somam a essa multidimensionalidade as questões valorativas, em torno do que em distintas circunstâncias, intragrupo e entre grupos, tem valor e importa para quaisquer desses bibliotecários. Além disso, há um público externo para quem a noção *bibliotecário* está tão aderida ao senso comum, que nenhuma das dimensões recém assinaladas tem o mesmo valor que os afirmados por quaisquer dos autodesignados bibliotecários, dos socialmente aceitos como bibliotecários e dos formal e legalmente

reconhecidos como bibliotecários.

Esse coquetel simbólico tem em sua mistura efeitos a serem elucidados, pois tomam o caráter de forte fonte de problemas e conflitos que produzem impactos nem sempre benéficos à valoração social e moral dos bibliotecários. Tais conflitos e problemas em geral produzidos no âmbito da sociedade mais ampla se manifestam de muitas formas e repercutem na conduta profissional: os estigmas profissionais (exemplo, a senhora velha e de coque como símbolo de bibliotecária); a relação de gênero (quando ainda se afirma que a profissão bibliotecária é *essencialmente* feminina); a desigual valoração do trabalho realizado (em geral, bibliotecário de biblioteca pública detém remuneração inferior a de bibliotecário de universidade e empresa de médio porte para cima); alienação política (distanciamento do bibliotecário das questões políticas gerais da sociedade, sem envolvimento com partidos ou manifestações políticas). Há outras manifestações preconceituosas, inaceitáveis à preservação da dignidade profissional, que não são claramente discutidas e, por isso, não motivam novas atitudes nos próprios bibliotecários.

O modo como essas potenciais fontes de desagregação de identidade são traduzidas no pensar dos bibliotecários torna-se também uma fonte de problemas quando deixado para o âmbito da subjetivação de cada um. Isso vale tanto para aqueles que se autodesignam bibliotecários (geralmente leigos), quanto para os socialmente aceitos como bibliotecários (em geral formados em algum outro campo e efetuando a prática bibliotecária de forma insuficiente) e, por fim, para os formal e legalmente reconhecidos como bibliotecários, por uma diplomação, prestação de juramento perante uma associação ou entidade de registro e fiscalização profissional.

Então, suas presenças na sociedade não são a expressão de uma mesma conduta ou movidas pela mesma matriz de eticidade profissional. Nesse sentido, quando se pensa numa codificação da conduta bibliotecária há tantos fatores a considerar, que talvez pareça impossível chegar-se a uma fórmula, a deontológica, por exemplo, e sustentar que ficou resolvida a discussão da ética profissional bibliotecária, ou que o centro da discussão está em tratar os valores profissionais. Se de um lado, deixa-se ao subjetivismo do juízo prévio a força da diretriz para a ação, do outro fica ao mais puro arbítrio consequencialista determinar as escolhas que definirão o exercício e prática profissional.

Nesse âmbito, os problemas e conflitos se manifestam entre os vários

profissionais, os profissionais e os mantenedores das bibliotecas e os bibliotecários e seus usuários finais, que podem ou não coincidir com os tomadores diretos da decisão sobre o fornecimento dos meios materiais para dar sustentação à biblioteca. Então, também é fonte de problemas e conflitos que afetam à profissão decisões que implicam em cortes de recursos, ingerência política, perseguição pessoal, etc.

2.4 Morfologia do Código de Ética Profissional

É prudente que se continue esta análise, tomando como ponto de abordagem um entendimento instrumental, pelo que se possa admitir o seguinte: qualquer texto que se denomine código de ética profissional contém dois aspectos a serem considerados: seu conteúdo e sua forma. Parece um alerta cercado de ingenuidade conceitual, entretanto, é atitude corriqueira tratar-se o código de ética profissional como uma essência que é pura potência, quando não tomá-lo como pura abstração. Por essa postura, termina-se por não levar-se em conta o que o código expressa antes de ser lido naquilo que é seu teor escritural. Parece que há um desapego quanto ao que sua forma poderia dizer.

Percebe-se não ser um fato raro, os profissionais de uma categoria laboral saberem que para o exercício dela foi instituído um código de conduta ou ética, mas nunca leram seu inteiro teor, dando-se por satisfeitos com a ideia de que se trata de uma lei geral aplicada ao âmbito profissional. Essa circunstância simboliza uma significativa margem de desprezo da preocupação quanto à razão de reconhecer ou dar como efetivo nesse código o valor instrumental que constitui sua essência.

Nesse sentido, parece ser uma atitude majoritária de certos grupos profissionais, dentre os quais se situa o grupo bibliotecário, a de enxergar o código como um objeto estranho ao dia a dia profissional, que poderia ter seu conhecimento negligenciado quanto ao conteúdo e quanto a sua forma.

Ao tratar da forma, isto é, das configurações ou morfologia de um código de ética, surgem interrogações: o que é um código de ética? O que o inspira? O que ele expressa? Trata-se assim, num primeiro momento, de tentar revelar a própria natureza do teor desse documento. Tomando uma discussão feita por Habermas, a partir de tradições éticas ocidentais que revelam certo antagonismo em seus fundamentos, pode-se encontrar o que ele chama de ética clássica ou das virtudes ou do bem viver ou do como se desviar do que é prejudicial, que remonta a

Aristóteles; e uma ética do dever, deontológica, da convicção, que surge no conjunto da reflexão kantiana. No primeiro caso, importa responder às questões fundadas no bem viver, indicando as morais do como o indivíduo pode conduzir-se para o viver bem ou desviar-se do mal, ter uma vida individual bem sucedida e alcançar êxito, apontando mais para uma forma que dá suporte ao utilitarismo moderno; no segundo caso, o que está em foco é a correção ou não de uma ação e uma idealização de um modelo pré-construído do que deve ser feito incondicionalmente. Nesse sentido, Habermas fundamenta sua discussão para argumentar em torno da ética do discurso, refletindo sobre os conceitos de moral no sentido de que a ética kantiana leva em conta o que chama de problemas de fundamentação e despreza em parte as situações de aplicação. Embora tais conceitos como instrumentos analíticos não sejam radicalmente inflexíveis fica evidente que as éticas do bem viver levam em conta muito mais as situações de aplicação implicadas pelas orientações da conduta e que as éticas do dever levam em conta de forma mais enfática os problemas de fundamentação como determinações quanto às formas de conduta. Por essa razão, pode-se compreender que a deontologia é apriorística em relação ao modo de proceder do sujeito e o utilitarismo é consequencialista.

Para o que imediatamente importa a esta análise, pode-se dizer que esses dois aspectos são suficientes para dar a perceber que a partir deles o modo como se pode dispor das regras ou orientações de conduta toma diferentes direções. A adoção de uma ética profissional de extração deontológica, tendo como referência a redação do código de ética do bibliotecário brasileiro, posto que segue essa dimensão moral, se afigura como base para a formulação de um conjunto de comandos acerca de como o bibliotecário deve agir no sentido de desenvolver corretamente a sua prática.

O texto tem uma linguagem assemelhada a uma lei ordinária que compõe o ordenamento jurídico do país, pouco se distancia da técnica legislativa e tem um alcance mais amplo do que o presumível num instrumento que expõe deveres. No seu teor, estão dispostas regras atinentes a direitos profissionais, bem como regras de penalização e uma tipologia de punições. Em contrapartida, quando o bibliotecário adota uma ética profissional de caráter utilitarista a fim de orientar a construção do texto do código de ética a ser seguido por seu grupo - localizado num dado espaço social e moral - a forma desse texto se distingue claramente daquele referido para o caso brasileiro.

Dois exemplos são reveladores de um código de ética bibliotecário redigido a partir dessa dimensão moral. O primeiro é referente ao que foi adotado, em sua última atualização a partir de 2008, pela American Library Association; o segundo, diz respeito ao código da IFLA que, a partir do ano de 2012, pela primeira vez, passou a ter o seu próprio código de ética.

Com isso, para além de levar-se em conta nesta discussão a questão de forma, vê-se que há um confronto de entendimento quanto ao modo como o bibliotecário pode, internacionalmente, exprimir o seu próprio jeito de dispor sobre sua conduta profissional, num instrumento dessa natureza.

Evidentemente, há outros fatores envolvidos nessas maneiras distintas de fazer e eles perpassam o ambiente cultural; a tradição política; os níveis de maturação técnica e de apropriação de conhecimento científico pelos profissionais que atuam no campo; o diálogo internacional entre os vários grupos que atuam localmente com as mesmas práticas e com o emprego dos mesmos conhecimentos instrumentais; o reconhecimento social; etc. Da mesma forma, a isso se soma o papel exercido pelo espaço da formação de novos profissionais que, igualmente, está também condicionado por esses fatores, especialmente, quando são tolhidos ou aceitam distanciar-se de fazer a inserção das questões de poder e política nacional no ambiente acadêmico.

3 ÉTICA DO DOCENTE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Em grande parte dos países membros da ONU, a implantação dos Cursos de graduação Biblioteconomia deu-se ao longo do século XX, em razão direta de suas condições econômicas. Isso ocorreu igualmente no Brasil, e ainda durante o período em que estava em andamento a 2ª. Guerra mundial no território europeu, com efeitos sobre a Ásia. Teve incidência a partir do início dos anos 1940, com a implantação em 1942 do Curso de Biblioteconomia no estado da Bahia indo até o ano de 1977, com a implantação do Curso de Biblioteconomia na UNESP-Marília, tendo sido implantados 25 (vinte e cinco) cursos de graduação. Anteriormente a 1940 foram implantados apenas dois cursos (Biblioteca Nacional e FELSP) e após 1977, mas ainda no século XX, apenas mais quatro (SOUZA, 2009, p. 186).

Durante alguns anos, até o início da década de 1960, quando foi criada e sancionada a legislação profissional bibliotecária, esse ensino foi subproduto da

atividade profissional de bibliotecários já atuantes em diferentes bibliotecas existentes nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. A legislação profissional, regulamentadora do exercício da profissão, fez surgir a equiparação da formação de bibliotecário ao nível universitário; também se deu a aprovação do primeiro currículo mínimo em 1962 e foi estabelecida a Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) em 1967. O primeiro estatuto desta entidade dispôs sobre o seu distanciamento das questões de cunho político.

O ensino oferecido tendia a centrar-se nas questões técnicas, a depender de professores atuando em tempo parcial, muitos sem formação para o ensino e mesmo alguns sem noção e formação em pesquisa científica. Havia, portanto, uma condição que determinava a estruturação de uma escola de biblioteconomia composta como um espaço predominantemente de formação instrucional, reprodutivo quanto ao saber difundido, pragmatista quanto à compreensão de seu destino e aplicação e sem o questionamento criativo e provocador do adensamento do conhecimento científico e da epistemologia da área Biblioteconômica¹⁰. Esse espaço de formação de futuros profissionais bibliotecários permaneceu ainda assim por mais alguns anos, até ser provocado a superar-se de alguma maneira pela criação do Curso de Mestrado em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) em 1970. Em 1976, simultaneamente, na UFMG e na PUCAMP, são constituídos os primeiros Cursos de Mestrado em Biblioteconomia. E mais adiante, em 1992, são implantados, simultaneamente na UNB e no sucessor do IBBB, o Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT), os primeiros Cursos de Doutorado em Ciência da Informação.

Essa descrição afirma sobre a implantação de Cursos de Mestrado em Biblioteconomia após a criação pioneira do Mestrado em Ciência da Informação e de Cursos de Doutorado em Ciência da Informação, sem referência ao avanço de qualquer Curso de Mestrado em Biblioteconomia para esse estágio acadêmico. A informação de fato exige uma atenção particular, pois expressa algum conflito cuja origem não se situa, particularmente, nas pessoas que ali atuavam, mas no modelo de gestão em escala mais ampla. O IBICT é uma organização governamental federal dedicada à pesquisa em Informação vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, distinguindo-se por esse vínculo das demais instituições que oferecem

¹⁰ Souza realizou estudos sobre a constituição da ABEBD, apoiados por bolsa do CNPq. Os relatórios estão referenciados no final.

formação dirigida à capacitação profissional via bacharelado, que são universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação, estaduais vinculadas aos governos dos estados da Federação brasileira ou de natureza privada. O IBICT desenvolve seus cursos de Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação em Convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sem vinculação administrativa com a Unidade acadêmica responsável pelo curso de graduação em Biblioteconomia, criado apenas em 2005. Excetuada, portanto, a situação dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação do IBICT, todos os outros que vieram a ser implantados pertencem a universidades vinculadas ao poder público ou ao setor privado. Nas universidades, historicamente, salvo exceções pontuais, são criados inicialmente cursos conforme carreiras profissionais para a formação de bacharéis ou licenciados. Esses cursos, portanto, visam prioritariamente responder a um ambiente cultural e social em que o título de bacharel oferece a profissionalização e, para o caso das profissões regulamentadas, esse título permite a profissionalização legal que ocorre mediante a correspondente inscrição ou exame de seu portador nos Conselhos de registro profissional ou no Ministério do Trabalho.

De um lado, não havia no Brasil profissional de Ciência da Informação como egresso de curso de nível superior, pela obtenção de bacharelado e respectiva validação legal pelo registro desse título em Conselho profissional ou no Ministério do Trabalho. Tal ausência favoreceu a constituição de capacitação no país dessa competência por meio da Pós-Graduação *stricto sensu*, em um instituto de pesquisa do governo federal. Havia de outro lado a formação de bacharéis em Biblioteconomia para dar suporte à constituição de um quadro profissional em nível superior. Os diplomas emitidos eram legalmente validados pelo registro em Conselho profissional. A formação do bibliotecário já estava instituída na Universidade seguindo o modelo sancionado pela tradição cultural e social. Essa contingência de uma particular ordem política e administrativa brasileira se superpôs ao objeto de conhecimento e ao objetivo acadêmico. O fato representou liberdade, por um lado, ao favorecer a iniciativa do IBBD na criação do Curso de Mestrado em Ciência da Informação e constrangimento, por outro, ao exigir da universidade a criação de estratégias de transição para ampliar a sua ação em rumo à criação da pós-graduação em Biblioteconomia como verticalização. Esse processo levou a estratégias de superação de algumas restrições, incorporando a presença de

docentes em tempo integral, para também poderem dedicar-se à pesquisa, a partir do qual os Cursos de Mestrado em Biblioteconomia por elas oferecidos fossem estabelecidos e, mais tarde, transitassem para a Ciência da Informação. Nessa nova etapa, deu-se a redenominação dos Cursos de pós-graduação *stricto sensu* existentes e Ciência da Informação passou a ser a designação regular dos criados a partir da década de 1990.

Evidentemente, há vários outros aspectos que compõem e interferem nesse cenário histórico e político sucintamente apresentado, cujo tratamento exige muito mais espaço argumentativo que um artigo desta dimensão. Mas, dentre esses aspectos, há problemas significativos a serem rapidamente tratados nas seguintes subseções. Eles fazem pensar sobre as percepções de realidade que se instauram no cotidiano dos docentes, também pesquisadores, que atuam no âmbito a Ciência da Informação no Brasil, podendo conformar a expressão de sua ética profissional. Há dois entendimentos a presidir essa apreciação: a - essa docência, como tal, constitui uma profissionalização; b - essa Ciência da Informação ora em andamento e aqui abordada não exclui a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia como áreas parceiras.

3.1 Unidade Profissional e Campos de Trabalho

Nas seções anteriores, pode-se perceber que há uma construção de diversidade profissional do bibliotecário ocidental sob diferentes aspectos. Buscou-se tratar de alguns desses aspectos, pois essa diversidade implica na presença de visões singulares da realidade, as quais nas situações concretas conduzem a escolhas dentre aquelas oferecidas pela morfologia dos códigos de ética profissional. Mais que uma situação de fato, essa diversidade é recoberta pelo nome bibliotecário ou profissional bibliotecário.

A partir dos anos da década de 1990 fortaleceu-se no âmbito dos países que compõem parte da América Latina, incluído o Brasil, uma compreensão carregada de influência europeia. Tinha como fulcro a assimilação de uma concepção desenvolvida a partir da Federação Internacional de Documentação (FID), de que o contexto informacional estaria apontando para uma resignificação e, portanto, para a necessidade da adoção de um título profissional capaz de melhor definir a identidade dos operadores dos sistemas de informação resultantes do processamento

documentário nas bibliotecas. Assim, surgiu como nova terminologia de nomeação profissional a expressão Moderno Profissional da Informação (MPI) para, se possível e desde que aceito, incluir bibliotecários, arquivistas e museólogos. Esta possibilidade produziu igualmente certezas e dúvidas, que ainda hoje se refletem nos espaços profissionais brasileiros e latino americanos, tendo sido, de algum modo, fonte de conflitos.

Uma unidade profissional, ou identidade singular, que se presumiu poder-se alcançar não se consumou. Contudo, teve consequências. Ao corresponder a uma manifestação de lideranças profissionais num contexto de acelerada incorporação das então mais recentes tecnologias de informação e comunicação, esse esforço apontou para a necessidade dos Departamentos acadêmicos de Biblioteconomia (e Documentação), sobretudo em universidades brasileiras, repensarem suas designações e admitirem em seus quadros docentes permanentes professores com suficiente formação naquelas tecnologias, mais acentuadamente, com domínio principal, em certos campos da computação, sistemas de informação, gestão e engenharia. Isso coincidiu com a última revisão, nos fins dos anos da década de 1990, do conceito de currículo mínimo em cursos de nível superior cuja elaboração passou a ser orientada pelo Conselho Federal de Educação (CFE) pela noção de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Desde então, um número significativo desses departamentos passaram a designar-se Departamento de Ciência(s) da Informação. No mesmo período, mas já na primeira década do século XXI, em vários desses departamentos surgiu a iniciativa da criação de cursos de bacharelado em Arquivologia e, em menor escala, de cursos de bacharelado em Museologia. Isso faz então a expansão da composição docente absorver professores provindos de mais outros campos como História, Arquivologia, Artes, Direito, etc.

Em 1989 – em decorrência da existência dos programas de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Ciência da Informação e dos docentes a eles dedicados – foi constituída a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ANCIB) que visou reunir os interesses dos Programas e docentes pesquisadores em torno da formação de um espaço de interlocução. Nesse espaço, poderiam discutir e aprofundar as temáticas e as perscrutar as condições de avanço pessoal e institucional dessa pós-graduação.

Assim, num curto espaço de quarenta e três anos, a contar da implantação do primeiro Curso de Mestrado em Ciência da Informação, em que ocorreu a expansão

do ensino e pesquisa em Ciência da Informação, a diversidade das áreas de origens dos docentes inseridos nos Departamentos de Ciência da Informação, a constituição de uma rede de periódicos científicos em Ciência da Informação, dentre outros feitos significativos, parece que se está chegando a uma situação em que outros fatores de convergência devem ser construídos e acrescentados aos já existentes.

3.2 Problemas e Conflitos Latentes ou Reais

Costuma-se pensar sobre a busca de semelhanças quando as “esquinas” das diferenças vão apontando arestas a serem polidas, a fim de que se possam fundar bases consistentes com vistas ao alcance da maximização dos resultados que podem ser atingidos pela superação de eventuais conflitos.

No estágio atual de constituição institucional da área de Ciência da Informação no Brasil, sabe-se que o corpo docente, particularmente vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, procede de campos profissionais variados e grande parte atua também nos Cursos de Graduação. Essa constatação tem como base os estudos de Oliveira (2009, p. 48), quando examinou grupos de pesquisa cadastrados no diretório do CNPq. Admitindo-se que inevitavelmente esses docentes carregam valores pessoais e profissionais distintos, provavelmente surgirão atritos de pontos de vista e diversidade de entendimento no encaminhamento de questões quanto a conteúdo, forma de ministração e avaliação do ensino, epistemologia e método de produção do conhecimento, priorização quanto aos distintos compromissos acadêmicos, dentre outras. Por serem profissionais acadêmicos, isto é, terem na docência a sua única ocupação, certamente, deles se espera que aceitem ou produzam instrumentos que sirvam de parâmetros mediadores para orientar a apreciação dessas situações problemáticas sempre que elas se manifestem, evitando-se rotinizar uma estratégia de tomada de decisões casuísticas. Dentre tais instrumentos, o primeiro e mais relevante, é o que convencionalmente se designa como código de ética. Para essas circunstâncias que podem se apresentar com certa previsibilidade, possivelmente a busca por parte dos envolvidos em encontrar orientação nos códigos de ética de suas bases profissionais de origem não traria as diretrizes de conduta que mais se adequariam à situação. E isso seria assim, uma vez que esses instrumentos tratam de outros fatores e outros valores; provavelmente também não se aplicariam de forma

adequadas os códigos de ética de servidores públicos para o caso daqueles que atuam em universidades do setor público, na medida em que suas atribuições de docentes e pesquisadores acadêmicos, atuantes em instituições acadêmicas, dada a especificidade das questões suscitadas na sala de aula, no ambiente da pesquisa e orientação acadêmica, ultrapassam ao foco principal do serviço público atinente às relações com o público e com a qualidade e segurança das ações do estado.

Essa caracterização geral dos problemas e conflitos latentes ou reais que podem explodir a qualquer momento dentro dos ambientes acadêmicos plurais vivenciados nas instituições de ensino e pesquisa em Ciência da Informação no país suscita então como urgente que se passe a refletir e compor uma estratégia que possa levar à construção do código de ética do docente de Ciência da Informação no Brasil.

3.3 O Horizonte Internacional

Pode soar estranho admitir a necessidade de um código de ética do docente de Ciência da Informação no Brasil. No entanto, ao se considerar os fatores de diversidade já nomeados, há ainda outros elementos significativos: 1 – os docentes em Ciência da Informação no Brasil são correspondentes ou pares de docentes dessa disciplina atuantes no exterior; 2 – há, internacionalmente, uma generalizada codificação de conduta que alcança a quase todos os setores e profissões; 3 – há uma consciência que vem sendo acolhida por Associações de Escolas de Ciência da Informação no sentido de compor tal instrumento que também serve para expor transparência quanto às ações que se propõem a realizar na sociedade.

É fato que a sociedade brasileira assimila do contexto internacional, estruturalmente, a ideia do valor da transparência das ações, representada pelo número crescente de grupos profissionais que dispõem de códigos de ética, utilizando para isso, como fonte de inspiração, iniciativas adotadas nos Estados Unidos da América.

No caso da ética profissional do bibliotecário brasileiro foi adotado como fundamento de seu código a deontologia pela qual se estabelece regras de conduta *a priori* e essa base difere daquela seguida pela ALA (American Library Association). Esse modelo adotado para o referido código não garante para as partes envolvidas, que insere também os usuários dos serviços, a certeza de que será aplicado o

conteúdo nele disposto. Contudo, ele se oferece como um recurso pelo qual é possível avaliar resultados *a posteriori* e cobrar a reparação decorrente dos eventuais danos provocados por uma atuação profissional inadequada. A escolha do fundamento deontológico foi uma escolha que poderá ser também avaliada. O fato de ter sido feita não quer dizer que a possível escolha do fundamento utilitarista, cuja conduta ética do profissional será avaliada pela apreciação das *consequências produzidas* por sua ação possa ser menos eficaz.

Entre uma e outra escolha, a principal manifestação de diferença se dá na morfologia do código de ética. Os códigos deontológicos em geral são extensos e estão vazados em linguagem jurídica formal ou muito próxima disso. Por serem assim, produzem certo efeito de rejeição de parte dos novos profissionais que recém ingressam no campo, pois aparentam ser mais a representação do entendimento de iluminados dirigentes associativos ou de conselhos profissionais que de pares abertos à discussão; com isso, tais códigos potencialmente perdem o caráter de atuarem como expressão de pacto de solidariedade em torno da prática consciente de ações atribuídas para exercício profissional do grupo.

Os códigos de ética utilitaristas têm como predominância uma linguagem que expressa, com termos e redação menos formal, uma mensagem de compromisso em torno de resultados possíveis. Pela menor formalidade normatizadora que carregam em sua estrutura e linguagem, tendem a ser textos muito curtos, embora densos, nos quais os autores se manifestam de um modo mais carregado de afetividade e cumplicidade no sentido de ação solidária. Talvez em decorrência disso, esse modelo de código de ética vem se tornando predominante dentro das entidades de bibliotecários e de outros profissionais de informação, como já referidos em relação aos códigos da ALA e da IFLA. Mas cabe ressaltar, e isso é muito relevante, a atitude assumida pelos docentes da Ciência da Informação dos Estados Unidos da América e Canadá, no sentido de estabelecer na Association for Library and Information Science Education a partir de maio de 2010, as *Ethical Guidelines for Library and Information Science Educators*, com esse fundamento utilitarista. Provavelmente, poder-se-á admitir que iniciativa com igual propósito, se tomada no Brasil, pela Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (ABECIN), passando por um ritual de discussão e aperfeiçoamento de ideias, possa potencializar, em muito, a qualidade da docência e os resultados possíveis de atingir a partir da ação no espaço social de formação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de compreender as determinações de um contexto social e seu reflexo no desenvolvimento das profissões aponta que nas últimas décadas, e especialmente no século XXI, se evidencia uma demanda da sociedade por receber mais e melhor informação sobre as comunidades profissionais nela constituídas. A ideia central da transparência se insere em todos os campos, de modo a que as organizações de representação profissional caminham também, mais e mais, no sentido de atender a esse desejo. Isso beneficia os profissionais e leva os associados nessas organizações a discutir, formular e dar publicidade aos respectivos códigos de ética que demarcam suas condutas. De outro lado, isso tem levado ao exercício de melhor exposição dos valores morais adotados pelos profissionais, refletindo-se também nos termos ou forma com que os compromissos éticos são expostos.

Uma tendência que vem se constituindo é que a composição do discurso exposto nos códigos de ética das profissões caminhe mais no sentido de tratar os valores por meio de uma linguagem menos normativa, reforçando a concepção da sociedade como parceira e predisposta ao diálogo. Isso tem se revelado nas atualizações do código de ética da ALA e também no Código de Ética da IFLA, estabelecido pela primeira vez nesta segunda década do século XXI.

Porém, é muito representativo de um avanço de compromisso social a atitude dos docentes das Escolas de Ciência da Informação atuantes nos Estados Unidos e Canadá em construir e publicizar seu código de ética em 2010. Para os docentes atuantes no campo da Ciência da Informação e em seus campos irmãos (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia) no Brasil, tal fato poderá ser o sinal de que a contemporaneidade lhes pede, pelo menos, que examinem se o contexto brasileiro também não está a lhes demandar a iniciativa de por em discussão a formulação de um código de ética dos docentes representados pela Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (ABECIN).

REFERÊNCIAS

ARANALDE, Michel Maya. A questão ética na atuação do profissional bibliotecário. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 337-368, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/124/82>>. Acesso em: 20 set. 2012.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA MUNDIAL. **Declaração de Helsinque**. Disponível em: <http://www.anis.org.br/Cd01/Comum/DocInternacionais/doc_int_03_declaracao_hel_singue_port.pdf>. Acesso: 20 set. 2012.

ASSOCIATION FOR LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE EDUCATION. **ALISE Ethics Guidelines Statement**. 2010. Disponível em: <http://www.alise.org/index.php?option=com_content&view=article&id=31>. Acesso em: 10 maio 2013.

BATTLES, M. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_17_.shtm>. Acesso em: 20 set. 2012.

CANADIAN LIBRARY ASSOCIATION. **Intellectual freedom advisory committee**. Disponível em: <<http://www.cla.ca/source/members/committeelist.cfm?committee=IF&Section=Committees>>. Acesso em: 20 set. 2012.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CHRISTIANS, Clifford. Information ethics in a complicated age. In: LANCASTER, Frederick Wilfrid (Ed.). **Ethics and the librarian**. Urbana-Champaign. Illinois: University of Illinois, 1991. p. 3-17.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução CFB N.º 42 de 11 de janeiro de 2002**. Dispõe sobre Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/215/1/Resolucao_042-02.pdf>. Acesso em: 20 set. 2012.

CUARTAS, Enriqueta Graciela D.; PESSOA, Maria Lucia de Moura da Veiga; COSTA, Cosme Guimarães. **Código de ética profissional do bibliotecário: 15 anos depois**. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/370/1/Artigo_C%C3%B3digo%20de%20%C3%89tica%20Profissional%20do%20Bibliotec%C3%A1rio%2015%20anos%20depois.pdf>. Acesso em: 20 set. 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Comentários á ética do discurso**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

LEITÃO, Bárbara J. Menezello. **Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e regime militar**. Rio de Janeiro: Interciência, 2011.

NEVES, Nedy Maria Branco Cerqueira. Códigos de conduta: abordagem histórica da sistematização do pensar ético. **Revista Bioética**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 109-115, 2008. Disponível em:
<http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/viewFile/59/62>. Acesso em: 20 set. 2012.

OLIVEIRA, Marlene de. Grupos de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 38-59, jan./dez. 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em:
<http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 20 set. 2012.

ORTEGA Y GASSET, José. Eu sou eu e minha circunstância. In: ESCÁMEZ SÁNCHEZ, Juan. **Ortega y Gasset**. Tradução de José Gabriel Perissé Madureira. Recife: Massangana, 2010. p. 111-119

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SHIELDS, Gerald. The FBI creates an awareness of librarian ethics: an opinionated historical review. In: LANCASTER, Frederick Wilfrid (Ed.). **Ethics and the librarian**. Urbana-Champaign. Illinois: University of Illinois, 1991. p. 19-30.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O ensino da biblioteconomia no contexto brasileiro**: século XX. Florianópolis: Edufsc, 2009.

Title

Teaching and ethics in information science in Brazil

Abstract

Introduction: Throughout the twentieth and twenty-first century a number of international initiatives have been taken to the professions and their academics sectors are alert to the need to provide transparency to their actions for themselves and for the benefit of society. In the case of professions related to informational practices the last decades show that internationally there is a willingness to accept the deployment and improvement of codes of ethics, including the sector of teaching.

Objective: To determine evidence that can support the establishment of a code of ethics for teachers in the field of information science in Brazil.

Methodology: Essay

Results: The attempt to understand the determinations of a social context and its reflection in the development of occupations shows that in recent decades, and especially in the twenty-first century, it shows a society's demand to receive more and better information about professional communities of society.

Conclusion: The present moment suggests to the professionals in the teaching of Information Science, Library Science, Archival and Museology to promote an examination of the Brazilian context about the relevance of the construction of a code of ethics for teachers represented by the Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (ABECIN).

Keywords: Teaching; Ethics; information science.

Título

Enseñanza y la ética en ciencia de la información en Brasil

Resumen

Introducción: A lo largo del siglo XX y XXI una serie de iniciativas internacionales se han adoptado para las profesiones y sus segmentos académicos estén atentos a la necesidad de dotar de transparencia a sus acciones por sí mismos y para el beneficio de la sociedad. En el caso de las profesiones relacionadas con las prácticas de información, las últimas décadas muestran que en nivel internacional existe una disposición a aceptar el despliegue y mejora de los códigos de ética, incluyendo el segmento de la enseñanza.

Objetivo: Verificar evidencias que pueden apoyar el establecimiento de un código de ética para los profesores en el ámbito de las ciencias de la información en Brasil.

Metodología: Ensayo.

Resultados: El intento de comprender las determinaciones de un contexto social y su reflejo en el desarrollo de las profesiones señala que en las últimas décadas, y especialmente en el siglo XXI, se evidencia una demanda de la sociedad por recibir más y mejor información sobre las comunidades profesionales en ella constituidas.

Conclusiones: El momento actual sugiere a los profesionales en la enseñanza de Ciencias de la Información, Bibliotecología, Archivología y Museología promover en el contexto brasileño un examen de la pertinencia de la construcción de un código de ética para los maestros representados por la *Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (ABECIN)*.

Palabras clave: Enseñanza; Ética; Ciencia de la Información.

Recebido em: 12.06.2013

Aceito em: 22.07.2013